

Prorrogação do Convênio Assistencial lavrado sob o nº 25/2015, livro A-27, que entre si fazem o Município de Petrópolis e **FUNDAÇÃO EDUCANDÁRIO PRINCESA ISABEL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE PETRÓPOLIS**, na forma abaixo.

O **MUNICÍPIO DE PETRÓPOLIS**, neste ato representado pela Ilma. Sra. Secretária de Trabalho, Assistência Social e Cidadania, Adriana Kreischer, brasileira, solteira, Assistente Social, residente nesta cidade, através de Delegação de Competência conforme Decreto nº 534 de 12 de maio de 2000, c/c Decreto nº 590 de 23 de maio de 2003 que regulamenta o Fundo Municipal de Assistência Social, denominado Convenente e a **FUNDAÇÃO EDUCANDÁRIO PRINCESA ISABEL DO JUIZADO DA INFÂNCIA E DA JUVENTUDE DA COMARCA DE PETRÓPOLIS**, estabelecido à Rua Lopes Trovão, nº 271, Alto da Serra, Petrópolis-RJ, inscrito no CNPJ sob o nº 28.805.679/0001-05, representado neste ato pelo seu Diretor Executivo Roberto Vicente Krepker Gonçalves, brasileiro, casado, analista judiciário, portador da Carteira de Identidade nº 06.559.781-7 IFP/RJ e CPF nº 889.842.577-53, residente nesta Cidade, denominado Conveniado. E, tendo em vista os termos do despacho exarado no processo administrativo nº 24.093/2012, observadas as disposições legais fixadas na Lei nº 8.666/93, Deliberação 2729, de 11/12/68 e Lei Municipal nº 5445/98, bem como os demais atos normativos municipais relativos à celebração de ato desta natureza, assinam a presente prorrogação de Convênio, mediante as seguintes cláusulas e condições: **CLÁUSULA PRIMEIRA:** O presente tem por objetivo a reunião de esforços visando o atendimento de crianças e adolescentes entre 08 e 18 anos carentes de recursos materiais, matriculados em virtude da procura espontânea das famílias ou oriundos de encaminhamentos efetuados pelas escolas públicas municipais, órgão de atendimento da SETRAC (CRAS, CREAS), pelos PSFs, Conselho Tutelar, Vara da Infância, da Juventude e do Idoso, oferecendo atividades educacionais, técnicas, artísticas, culturais, esportivas e profissionalizantes, promovendo, quando necessário, acompanhamento familiar através do oferecimento de apoio, orientações e encaminhamentos que objetivem a sua ascensão social e melhoria do desempenho do assistido na Fundação, na comunidade e demais grupos externos a que pertence, de acordo com o Plano de Trabalho de 2016, aprovado pela Ilma. Sra. Secretária de Trabalho e Assistência Social – SETRAC; **CLÁUSULA SEGUNDA – DAS OBRIGAÇÕES: I – Compete ao Convenente:** a) Caberá ao Município repassar ao Conveniado, através do Fundo Municipal de Assistência Social, os recursos financeiros, e ainda os recursos recebidos do FNAS, conforme Plano de Trabalho, Plano de Execução, bem como Projeto Integrado apresentado pelo Conveniado; b) Prestar a orientação necessária para

a realização do Programa, a partir da aprovação do Plano de Atendimento e da documentação que comprove a situação de regularidade do Conveniado; c) Acompanhar, supervisionar e fiscalizar todos os serviços, através da Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania, realizando sempre que julgar conveniente, vistorias *in loco*, tudo com vistas à fiel observância do objeto do Convênio, examinando e aprovando relatórios comprobatórios da perfeita destinação dos recursos transferidos; d) Fixar e dar ciência ao Conveniado dos procedimentos técnicos e operacionais que deverão ser implantados e desenvolvidos, e conseqüentemente irão reger a execução do Programa objeto deste Convênio; e) O Conveniente não se responsabiliza por indenização de qualquer natureza, em decorrência de atos culposos ou dolosos praticados pela Conveniada e vinculados ao presente Convênio; **II – Compete a Conveniada:** a) Executar diretamente as atividades avençadas com perfeita observância das diretrizes técnicas e programáticas em conformidade com o Plano de Atendimento; b) Manter rigorosamente em dia os cadastros, prontuários e relatórios individualizados dos usuários por tipo de atendimento, bem como quaisquer outros registros, de modo a permitir o acompanhamento, a supervisão, o controle e a fiscalização dos serviços, a qualquer momento, por parte da equipe técnica credenciada para tal fim; c) Propiciar aos técnicos credenciados, todos os meios e condições necessárias ao acompanhamento, a supervisão, o controle e a fiscalização do fiel cumprimento do Plano de Atendimento; d) Responsabilizar-se pelo pagamento de toda e qualquer despesa, proveniente da transferência dos recursos, seja por sua culpa ou de terceiros, ou até mesmo da necessidade do cumprimento deste Convênio; e) Apresentar os Relatórios de Atendimento, Relação de Atendidos até o dia 05 (cinco) de cada mês e ainda a Prestação de Contas das verbas recebidas, que deverá ser entregue até o 15º (décimo quinto) dia do mês subseqüente ao da realização dos atendimentos e/ou recebimento dos recursos; f) Manter sempre atualizada a escrituração contábil e fiscal específica dos atos e fatos relativos a perfeita execução do convênio, para fins de fiscalização, observância e conseqüente avaliação por parte da equipe técnica, a qualquer tempo, dos resultados obtidos no desenvolvimento do Programa; g) Responsabilizar-se por todos os encargos decorrentes da execução do presente convênio, inclusive os trabalhistas, previdenciários, sociais, fiscais e comerciais deles resultantes, não gerando para o Conveniente obrigação ou outro encargo de qualquer natureza; h) Prestar gratuitamente os atendimentos relativos ao presente Convênio; i) informar ao Conveniente o desligamento de qualquer usuário e/ou substituição, através da comunicação formal e expressa; j) Manter o arquivo, no próprio local de atendimento, pelo prazo de 05 (cinco) anos, contados da aprovação da prestação de contas, relativo ao exercício do convênio, o cadastro dos usuários do programa, os prontuários, as guias de encaminhamento, as fichas de inscrição ou de matrícula, faturas, notas fiscais, recibos bem como quaisquer outros documentos comprobatórios de despesas e demais registros individualizados e contábeis,

com a identificação do Programa, objeto deste Convênio; k) Abrir e manter conta corrente específica para recebimento e movimentação dos recursos recebidos; **l) A Conveniada se compromete a manter, durante a integral execução do presente Convênio, todas as condições de habilitação exigidas para a sua celebração, em especial no que se refere o art. 29 da Lei nº 8.666/93; Parágrafo Único:** É vedado a Conveniada: a) utilizar os recursos em finalidade diversa da estabelecida no objeto deste Convênio, ainda que em caráter de urgência; b) realizar despesas com data anterior ou posterior à vigência deste Convênio ou atribuir-lhe efeitos financeiros retroativos; c) prever e realizar despesas à título de taxa de administração de gerência ou similar, bem como para contratação de pessoal administrativo, exceto de serviços de terceiros vinculados à execução do objeto; **CLÁUSULA TERCEIRA – DO REPASSE E DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:** Os recursos destinados a atender às despesas correntes do presente Convênio correrão por conta do Programa de Trabalho nº 20.02.08.244.2012.2080.3350.43.00.000, fonte 000, do Fundo Municipal de Assistência Social, da Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania; **Parágrafo Primeiro – Plano de Aplicação de Recursos e Cronograma de Desembolso:** A subvenção individual / mensal de R\$ 130,26 (cento e trinta reais e vinte e seis centavos) visa atender a até 100 (cem) vagas, para atender crianças e adolescentes entre 08 e 18 anos carentes de recursos materiais, matriculados em virtude de procura espontânea de famílias ou oriundos de encaminhamentos efetuados por escolas públicas municipais, órgão de atendimento da SETRAC (CRAS, CREAS) pelos PSFs, Conselho Tutelar, Vara da Infância e da Juventude e do Idoso, repassando mensalmente R\$ 13.026,00 (treze mil e vinte e seis reais), totalizando o valor de R\$ 78.156,00 (setenta e oito mil, cento e cinquenta e seis reais), ficando o repasse total da parcela condicionado às vagas efetivamente ocupadas, de acordo com a relação de atendidos do mês anterior ao repasse, devendo a mesma ser apresentada até o dia 5 (cinco) de cada mês, com possibilidade de prorrogação, de acordo com o interesse público, a fim de custear o pagamento referente às despesas relacionadas no Plano de Trabalho; **O valor que ultrapassar o da subvenção recebida será considerado como contrapartida da instituição. Parágrafo Segundo:** A liberação dos recursos financeiros se dará até o dia 10 (dez) de cada mês, conforme estabelecido no Plano de Atendimento, em compatibilidade com o que estabelece a Lei Orçamentária para o exercício de 2015; **Parágrafo Terceiro:** As despesas porventura decorrentes da execução do presente Convênio em exercício futuro, na hipótese de atraso no repasse, no que corresponder ao Conveniente, correrão à conta de suas dotações orçamentárias, sendo objeto de Termo Aditivo a indicação do respectivo crédito e empenho; **Parágrafo Quarto:** Na hipótese de impugnação de quaisquer dos Relatórios de Atendimento ou de constatação de impropriedade ou irregularidade na execução do Convênio, será suspensa a parcela a ser transferida, notificando-se o Conveniente para sanar no prazo estabelecido as prestações ao Conveniente;

Parágrafo Quinto: Cabe à conveniada aplicar os saldos remanescentes do Convênio, enquanto não utilizados obrigatoriamente em caderneta de poupança, computados a créditos do Convênio e aplicados exclusivamente no objeto de sua finalidade, devendo constar do demonstrativo específico que integrará a prestação de contas; **CLÁUSULA QUARTA – DA RESTITUIÇÃO:** O Conveniado compromete-se a restituir os valores transferidos pelo Conveniente, atualizados monetariamente e acrescidos de juros legais, na forma da legislação aplicada aos débitos para com a Fazenda Municipal, a partir da data do seu recebimento, na hipótese de inexecução do objeto da avença ou de outra irregularidade que resulte prejuízo aos cofres públicos e que caracterize o descumprimento de quaisquer das obrigações fixadas neste Convênio; **CLÁUSULA QUINTA – DA VIGÊNCIA:** O presente Convênio vigorará de **01/07/2016 a 31/12/16**, podendo ser prorrogado por Termo Aditivo apenas e tão somente para atendimento completo do Plano de Atendimento; **CLÁUSULA SEXTA – DA AÇÃO PROMOCIONAL:** Em toda e qualquer ação promocional relacionada com o objeto descrito na Cláusula Primeira deste Convênio, será obrigatoriamente destacada a participação do Município/Secretaria de Trabalho, Assistência Social e Cidadania, observando-se o disposto no Parágrafo Primeiro do Art. 37 da Constituição Federal; **CLÁUSULA SÉTIMA – DA DENÚNCIA:** O presente Convênio será denunciado, por escrito, a qualquer tempo, e rescindido de pleno direito, independente de interpelação judicial ou extra-judicial, por descumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente, por inadimplemento de quaisquer de suas cláusulas ou condições, ou pela superveniência de norma legal ou fato que o torne material ou formalmente inexecutável; **Parágrafo Primeiro:** Constituem, exemplificativamente, motivos de rescisão a constatação das seguintes situações: I – utilização dos recursos em desacordo com o Plano de Atendimento; II – aplicação dos recursos no mercado financeiro em desacordo com a legislação vigente; III – falta de apresentação do Relatório de Atendimento, na forma convencionada; IV – cobrança aos beneficiários de quaisquer valores pelos serviços realizados; **Parágrafo Segundo:** Quando ocorrer a denúncia ou rescisão, ficam os partícipes responsáveis pelas obrigações contraídas durante o prazo que tenha vigido o acordo, creditando-lhes, igualmente, os benefícios adquiridos no mesmo período; **CLÁUSULA OITAVA – DA PUBLICAÇÃO:** Caberá ao Conveniente a publicação do presente Convênio, em extrato, no Diário Oficial do Município de Petrópolis, dentro do prazo de 20 (vinte) dias, contados da respectiva assinatura; **CLÁUSULA NONA – DA REMESSA AO TRIBUNAL DE CONTAS:** Dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir da publicação deste Convênio, o Conveniente remeterá cópia do mesmo ao Tribunal de Contas do Estado. **CLÁUSULA DÉCIMA – DAS CONDIÇÕES GERAIS:** Pactuam, ainda, as seguintes condições: a) Todas as comunicações relativas a este Convênio serão consideradas como regularmente efetuadas, se entregues mediante protocolo ou remetidas por telegrama, telex ou fax, devidamente comprovadas por conta, nos

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PETRÓPOLIS
SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E DE
RECURSOS HUMANOS**

FOLHA Nº 48

LIVRO Nº A-28

TERMO Nº 12/2016

endereços dos partícipes; b) As reuniões entre os representantes credenciados pelos partícipes, bem como quaisquer ocorrências que possam ter implicações neste Convênio, serão registradas em atas ou relatórios circunstanciados; c) Faz parte integrante deste Convênio o Plano de Atendimento desenvolvido pela entidade Conveniada, devendo constar do mesmo a descrição do projeto, justificativas, metas, bem como o Cronograma de desembolso, etapas e os respectivos prazos de início e conclusão, cujo cumprimento é obrigatório; **CLÁUSULA DÉCIMA - PRIMEIRA – DO FORO:** Fica eleito e aceito pelos partícipes o Foro da Comarca de Petrópolis, para nele serem dirimidas quaisquer controvérsias decorrentes do presente Convênio, renunciando os partícipes a qualquer outro, por mais privilegiado que seja ou venha a ser. E, por estarem justos e combinados, assinam o presente, juntamente com as testemunhas, Claudia de Souza Gomes Rosa da Paz e Fernanda Hang de Oliveira, brasileiras, funcionárias públicas, residentes nessa cidade. Eu, Simoni de Sá Ferreira Teixeira, lavrei por determinação do Sr. Secretário de Administração e de Recursos Humanos. E eu, Carlos Henrique Manzani, Secretário de Administração e de Recursos Humanos, assino. *****
Petrópolis, 30 de junho de 2016.

**Secretária de Trabalho, Assistência Social e Cidadania
Delegação de competência Decreto 534/00 c/c 590/03**

Secretário de Administração e de Recursos Humanos

Conveniado

Testemunha

Testemunha